



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , de 2021

(Das Sras. Joenia Wapichana e Erika Kokay)

Requer a realização do I Encontro Nacional de Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena, no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização de ciclo de debates de forma híbrida, referentes ao **I Encontro Nacional de Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena**, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Os referidos debates estão inseridos no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

O encontro será dividido em quatro mesas de debate, respeitando a seguinte composição:

- **Abertura:**

- Homenagem às anciãs: Eliane Potiguara, Andila Kaingang, Maria Delfina Lica, Taira Kaiapó e Vovó Bernaldina (in memorian);
- Cânticos espirituais: Pajé Mariana

- **Mesa Institucional:**

- 1) Representante da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);
- 2) Representante da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB);
- 3) Representante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA);
- 4) Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);
- 5) Representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR);



- 6) Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada Celina Leão;
 - 7) Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada Tereza Nelma;
 - 8) Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, senadora Leila Barros.
- **Intervalo**
 - **Mesa I – “Desafios para a Segurança da Mulher Indígena”**
 - 1) Maial Payakan, ativista;
 - 2) Alessandra Munduruku, líder indígena e ativista;
 - 3) Narubia Werreria, ambientalista;
 - 4) Angela Nunká, líder indígena;
 - 5) Txai Suruí, jovem liderança e ativista;
 - 6) Representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
 - 7) Representante da ONU Mulheres;
 - 8) Representante do Ministério Público Federal (MPF);
 - 9) Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
 - 10) Representante da Defensoria Pública da União (DPU);
 - 11) Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - 12) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
 - **Mesa II – “Propostas para a Segurança da Mulher Indígena”**
 - 1) Fernanda Kaingang, primeira advogada indígena do Sul do Brasil;
 - 2) Alice Pataxó, comunicadora e ativista;
 - 3) Juma Xipaya, primeira mulher a chefiar uma aldeia Xipaya;
 - 4) Edna Xanenawa, Conselheira da Mulher Indígena de Feijó;
 - 5) Samara Pataxó, advogada;
 - 6) Célia Xakriabá, professora e ativista;
 - 7) Josileia Kaingang, professora universitária.
 - **Apresentação cultural e encerramento**

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), as mulheres indígenas estão suscetíveis a diferentes formas de discriminação histórica que se combinam e resultam na violação de seus direitos mais fundamentais. Em toda a América Latina, essas mulheres enfrentam obstáculos no acesso ao mercado de trabalho, dificuldades geográficas e econômicas para atendimento nos serviços de saúde e educação, barreiras estruturais para sua participação no processo político, além do etnocídio, genocídio de suas comunidades e ameaças a seus territórios.



Para além de todos os referidos entraves para que as mulheres indígenas alcancem a garantia das políticas públicas essenciais para sua qualidade de vida, elas também sofrem duplamente com o machismo e o racismo. Diante dessa realidade, nos últimos anos têm sido crescentes os índices de violência contra a mulher em comunidades e aldeias indígenas, apesar da subnotificação. Assim, cabe muitas vezes às lideranças ajudarem as vítimas, por meio da divulgação de informações sobre a Lei Maria da Penha, transporte até a delegacia próxima ou acionando a polícia quando necessário, mas só isso não é suficiente.

Dadas as dificuldades para o registro das denúncias e a falta de conscientização, é imprescindível que políticas específicas sejam criadas para diminuir os casos de violência contra as mulheres indígenas. Portanto, a realização do ciclo de debates com autoridades do Judiciário, entidades do Executivo, organizações e lideranças indígenas tem a finalidade de encerrar as atividades da campanha dos "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", dada a relevância do tema para a sociedade.

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados participa desde 2013 da Campanha Mundial "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", que, no Brasil, acontece de 20 de novembro a 10 de dezembro e é chamada de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pois seu início ocorre no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, considerando a dupla vulnerabilidade da mulher negra.

A Campanha busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. É realizada em escala mundial dia de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade.

A Campanha apresenta calendários adaptados à realidade de cada país, por isso, no Brasil, seu início é no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e passa pelo dia 6 de dezembro, Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A Campanha dos 16 dias de ativismo começou em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de



violência contra as mulheres no mundo. No Brasil, a Campanha ocorre desde 2003. Cerca de 150 países já aderiram à Campanha.

A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas” e assassinadas em 1960 por fazerem oposição ao governo do ditador Rafael Trujillo, que presidiu a República Dominicana de 1930 a 1961, quando foi deposto.

Tradicionalmente, além dos eventos organizados pela Secretaria da Mulher e pelos órgãos parceiros para integrar a Campanha, a Bancada Feminina leva ao Colégio de Líderes uma lista de proposições prioritárias para votação em Plenário que visam à ampliação dos direitos das mulheres como mecanismo de combate à violência contra a mulher no país. As propostas apresentadas versam não só sobre projetos e iniciativas na área de segurança pública, mas também em proposições de âmbito social, político e econômico, como as que ampliam a presença feminina na política e as que propiciam maior autonomia financeira para as mulheres — ferramenta essencial para a quebra dos ciclos de violência doméstica.

Sala das Sessões, em de novembro de 2021.

DEPUTADA JOENIA WAPICHANA
Líder da REDE Sustentabilidade

DEPUTADA ERIKA KOKAY
PT





Requerimento

(Da Sra. Joenia Wapichana)

Requer a realização do I Encontro Nacional de Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena, no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

Assinaram eletronicamente o documento CD218980397200, nesta ordem:

- 1 Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF)

